COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.865, DE 2010 (MENSAGEM Nº 160, de 2010)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em Atenas, em 3 de abril de 2009.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado Gabriel Chalita

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em apreço visa a aprovar o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação.

Ambos os países se comprometem a desenvolver e fortalecer a cooperação bilateral em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação, da forma mais abrangente possível, em todas as áreas consideradas de interesse e benefício mútuos. A cooperação visará a fortalecer e diversificar os laços econômicos entre os países e incentivar a cooperação entre operadores econômicos, especialmente pequenas e médias.

A cooperação deverá ser mais intensa nos seguintes setores: indústria, em especial de construção e reparação naval, aeroespacial, tecnologias de proteção ambiental, fontes renováveis de energia e construção

civil; agricultura, inclusive desenvolvimento agroindustrial e manejo florestal sustentável; serviços, especialmente transporte marítimo, serviços bancários, seguros e outros serviços financeiros, turismo, treinamento gerencial e ensino profissionalizante e outras atividades de serviços de interesse mútuo.

A cooperação econômica prevista no Acordo, nos termos do artigo 3º, deverá ser implementada por meio de acordos e contratos a serem celebrados entre firmas, empresas e organizações brasileiras e gregas.

O incentivo ao intercâmbio e à cooperação científica nos campos de Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento estão contemplados no artigo 4º. De acordo com o texto do artigo, serão oferecidas oportunidades adequadas para parcerias entre instituições e organizações científicas, institutos de pesquisa, universidades, incubadoras de tecnologia e outras instituições de ensino superior.

Brasil e Grécia estabelecerão uma Comissão Mista, com o objetivo de assegurar a implementação do Acordo. Tal Comissão será composta de representantes de ambas as Partes e reunir-se-á alternadamente em cada um dos países, a pedido de qualquer um deles.

Finalmente, os artigos 6 e 7 informam da solução de controvérsias, as quais deverão ser dirimidas pelas Partes por via diplomática, e da entrada em vigor do Acordo, a qual deverá ocorrer por troca de Notas.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, IV, a, em consonância com o art. 139, II, c, ambos do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.865, de 2010, bem como do acordo por ele aprovado.

Cabe inicialmente apontar que é competência do Poder Executivo assinar o acordo em exame, nos termos do art. 84, VIII, da Constituição Federal. Compete ainda ao Congresso Nacional sobre ele decidir,

sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada, conforme o art. 49, I, da Carta Política.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do acordo. Ambos se encontram em consonância com as disposições constitucionais vigentes e com os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor no país.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição aos textos analisados.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.865, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado Gabriel Chalita
Relator